

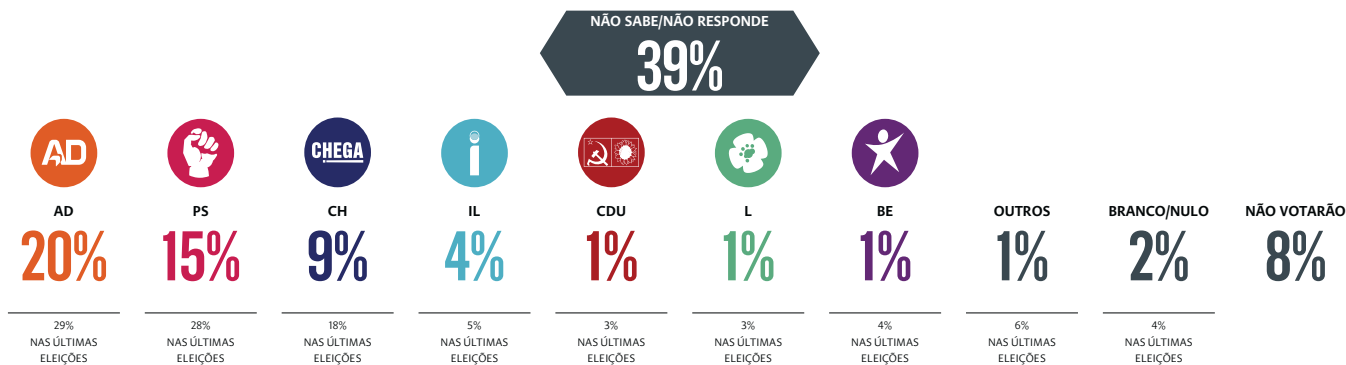


ID: 116246213

21-03-2025

Como votaria se as eleições legislativas fossem hoje?

Resultados do total da amostra dos inquiridos e resultados das últimas eleições legislativas (10 de março de 2024)

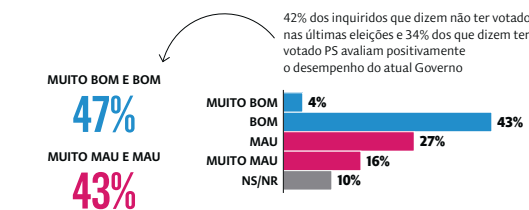


Legislativas Brutal aumento de indecisos deixa resultado em aberto. Incerteza é tanta entre eleitores da AD como do PS

AD na frente e recorde de indecisos: 39%

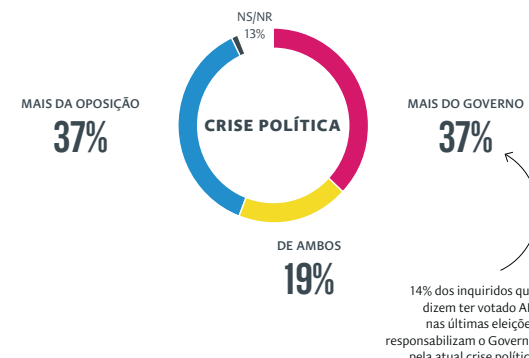
AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO DO ATUAL GOVERNO

Em relação ao total da amostra



RESPONSABILIDADE PELA ATUAL CRISE POLÍTICA

Em relação ao total da amostra



Texto RITA DINIS
Infografia SOFIA MIGUEL ROSA

O caso da empresa familiar de Luís Montenegro levou o primeiro-ministro a acionar a sua própria bomba atómica sem ter como medir o risco: como iria a população reagir a mais uma ida às urnas, sobretudo à boleia de um caso que atinge diretamente a sua imagem? A primeira sondagem feita depois do debate da moção de confiança que ditou a queda do Governo (realizada pelo ICS/ISCTE para o Expresso e a SIC, com trabalho de campo realizado entre 12 e 17 de março) mostra a AD na frente, com 20% de intenção de voto direta, surgindo à frente do PS, que se fica pelos 15%. Problema: os eleitores que dizem não saber em quem votar atingem um absoluto recorde — são 39%.

A cinco pontos percentuais da AD, o PS de Pedro Nuno Santos não parece sair beneficiado da crise política. A “culpa” pela crise, de resto, é repartida a meio: 37% acham que a responsabilidade é “mais do Governo”, 37% dizem que é sobretudo da oposição (ver texto ao lado). Em terceiro lugar aparece o Chega, com 9% de intenção de voto direta (isto é, sem a habitual distribuição de indecisos), seguindo-se a IL com 4%. Os restantes partidos — CDU, Livre e BE — aparecem com apenas 1% de intenção de voto direta, com os autores do estudo a sublinhar que houve outros partidos também mencionados, como o PAN, mas em número insuficiente para chegar a 1%. É esta a fotografia do momento, tirada imediatamente a seguir à queda do Governo. Seguem-se quase dois meses de campanha.

Com uma amostra de 802 entrevistados consideradas válidas, feitas

excepcionalmente pelo telefone, são muitos mais (39%) os que dizem que não sabem em quem vão votar do que os que, somados, admitem votar na AD e no PS. Trata-se de “um valor extremamente elevado, mesmo tendo em conta que este inquérito foi aplicado telefonicamente e não com recurso à habitual simulação do voto em urna”, notam os autores do estudo, realizado e coordenado por uma equipa do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa e do ISCTE, com trabalho de campo realizado pela GfK Metris. Pela especificidade do momento e por esta sondagem ter por base uma metodologia diferente do habitual — a última vez que recorreu a entrevistas telefónicas, e não presenciais, foi durante a pandemia de covid-19 — não é feita uma comparação direta com sondagens anteriores, e devido ao elevado número de respostas “não sabe/não responde” não é feita também uma projeção dos votos dos indecisos.

Indecisos disparam

Os que ainda não sabem em quem votar vão ser, assim, centrais na campanha eleitoral que se avizinha, que não deixará também de ser sobre quem terá maior capacidade de mobilizar os seus. Há precisamente um ano, no final de fevereiro de 2024, a duas semanas da ida às urnas, a sondagem do ICS/ISCTE para o Expresso e a SIC dava 18% de indecisos, com estes a representarem a terceira maior fatia de respostas, atrás da AD e do PS e à frente dos 17% atribuídos ao Chega. Agora, os indecisos mais do que duplicaram. Em 2022, na última sondagem das legislativas que deram maioria absoluta ao PS de António Costa, o PS aparecia dois escassos pontos à frente do PSD de Rui Rio, dentro do empate técnico, e o resultado foi bem diferente. Um

estudo pós-eleitoral mostrou, na altura, que 14% dos eleitores foram indecisos até ao fim e só decidiram o voto no dia das eleições, e 9% apenas decidiram nas duas semanas de campanha eleitoral oficial. Foram, por isso, os indecisos que fizeram o jogo virar.

AD e PS em espelho

Nenhum dos principais partidos, porém, escapa à vaga de indecisos: 25% dos que votaram na AD há um ano admitem agora não saber em quem votar, enquanto 29% dos que escolheram o PS dizem agora que não sabem se vão manter o voto. Entre os que votaram no Chega, entretanto atingido por várias polémicas, os indecisos representam também um quarto do eleitorado. Os três partidos, de resto, parecem segurar a mesma base de fiéis (65% dos que votaram na AD há um ano dizem que vão votar outra vez, no PS a base é de 61% e no Chega de 60%) e os três mostram um número residual de arrepentidos: entre 5 a 7% dos respetivos eleitorados admitem mudar para outro partido.

Um dado que parece sorrir a Montenegro é o da perceção. Questionados sobre quem acham que vai ganhar as eleições antecipadas, 33% dos inquiridos apontaram a AD e só 19% apostam numa viragem para o PS. E 77% duvidam que algum partido consiga vencer com uma maioria absoluta. Depois de oito anos de Governo PS e com o PSD ainda sem ter aquecido o lugar, a maioria acha que estas eleições vão ser apenas baralhar e dar de novo. Mas registre o alerta dos que trabalharam a sondagem: “Estes valores não devem ser vistos como tendo valor preditivo em relação ao que possa vir a ser o comportamento dos eleitores nas eleições de 18 de maio”. A campanha só começa agora.

rdinis@expresso.imprensa.pt

Eleitores da AD: 65% seguros, 25% queriam outro líder

Mais de 40% dos que votaram AD estão insatisfeitos com respostas do primeiro-ministro. Mas estavam bem com o Governo

A maioria dos que votaram em Luís Montenegro nas eleições legislativas de há um ano não tencionava mudar de voto a 18 de maio, mas há uma franja do eleitorado da AD que se mostra insatisfeita com o atual chefe de Governo — estão entre os 18% e os 33%, dependendo das questões levantadas neste estudo. Serão votos decisivos se tivermos em conta que nas últimas eleições a AD venceu por uma margem de apenas 50 mil votos.

Vamos aos dados: de acordo com a sondagem do ICS/ISCTE feita para o Expresso e a SIC, são cerca de dois terços (65%) os que votaram na AD

que se mantêm firmes nessa intenção de voto à data de hoje. Há 5% que pretendem votar “noutro partido”, 3% que nem tencionam votar e 2% que anunciam um voto em branco ou nulo. Mas 25% dos eleitores da AD manifestam-se ainda indecisos.

Esse número é praticamente igual ao dos eleitores da coligação de centro-direita que consideram que Montenegro “faz mal em apresentar-se às eleições legislativas antecipadas como líder da AD”.

O caso Spinumviva parece ser um fator relevante para esse entendimento. É que, se entre estes eleitores da AD de 2024 81% classificam de “bom” ou “muito bom” o desempenho do atual Governo, o facto é que quase metade (42%) desse grupo afirma que “ficaram coisas por esclarecer” pelo atual primeiro-ministro relativamente a esse

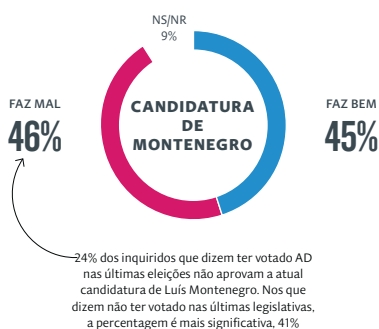
MUDANÇA NA INTENÇÃO DE VOTO EM RELAÇÃO A 2024

Em relação aos inquiridos que declararam o seu voto nos três partidos com resultado mais alto nas eleições legislativas de 10 de março de 2024



MONTENEGRO FAZ BEM EM IR A ELEIÇÕES COMO LÍDER DA AD?

Em relação ao total da amostra



FICHA TÉCNICA

Sondagem telefónica cujo trabalho de campo decorreu entre os dias 12 e 17 de março de 2025. Foi coordenada por uma equipa do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS-ULisboa) e do ISCTE — Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), tendo o trabalho de campo sido realizado pela GRK Metris. O universo da sondagem é constituído pelos indivíduos com idade igual ou superior a 18 anos e capacidade eleitoral ativa, residente em Portugal. Os números fixos, cerca de 33% do total, foram extraídos aleatoriamente, proporcionalmente à distribuição por prefixos no território. Os números móveis, cerca de 66% do total, foram extraídos aleatoriamente, proporcionalmente à distribuição por operadores. Os respondentes foram selecionados através do método de quotas, com base numa matriz que cruza as variáveis Sexo, Idade (3 grupos), Instrução (3 grupos) e Região (9 Regiões NUTS II 2024). A informação foi recolhida através de entrevista telefónica, pelo sistema CATI (Computer Assisted Telephone Interviewing) Foram contactados 5397 números de telefone elegíveis (correspondentes a indivíduos pertencentes ao universo) e obtidas 802 entrevistas válidas (taxa de resposta de 15%, taxa de cooperação de 22%). O trabalho de campo foi realizado por 31 entrevistadores, que receberam formação adequada às especificidades do estudo. Todos os resultados foram sujeitos a ponderação por pós-estratificação de acordo com a frequência de prática religiosa e a pertença a sindicatos ou associações profissionais dos cidadãos portugueses com 18 ou mais anos residentes em Portugal, a partir dos dados de uma vaga mais recente do European Social Survey (Ronda 11). A margem de erro máxima associada a uma amostra aleatória simples de 802 inquiridos é de +/- 3,5%, com um nível de confiança de 95%. Nas páginas seguintes, todas as percentagens são arredondadas à unidade, podendo a sua soma ser diferente de 100%.

caso. E, questionados sobre se, “em consequência desta controvérsia e dos acontecimentos que se seguiram, a sua opinião a respeito de Luís Montenegro melhorou, ficou na mesma ou piorou”, 20% respondem que o caso “piorou” na sua opinião sobre o chefe de Governo.

Os eleitores de há um ano da AD, porém, pensam de forma esmagadora que as eleições antecipadas não eram inevitáveis — 83%. Curiosamente, exatamente a mesma proporção dos que pensam igual entre os eleitores do PS de 2024. A diferença é que apenas 14% dos que disseram ter votado na AD em 2024 atribuem a culpa mais ao Governo, face a 57% dos que votaram nos socialistas.

Nas respostas a todas estas perguntas, de resto, veem-se dois países muito diferentes, consoante as preferências partidárias. Por exemplo, são 85% os eleitores do PS que consideram terem ficado “coisas por responder” por Montenegro no caso da sua empresa familiar, o dobro face aos eleitores da AD. Em consequência, 60% dos simpatizantes socialistas dizem ter piorado a sua opinião

cerca do chefe do Executivo. E, claro, 69% dos que votaram em Pedro Nuno Santos há um ano entendem que o atual primeiro-ministro não devia recandidatar-se nas eleições que se seguem.

Sendo as diferenças muito significativas, há um núcleo de anteriores votantes do PS que olha para o atual Governo de forma mais benevolente, 34% consideram até que tem feito um “trabalho muito

Entre os eleitores do PS de há um ano, só 61% dizem já ter decidido voltar a votar em Pedro Nuno

20% dos que votaram AD em 2024 assumem ter pior opinião sobre o chefe de Governo

bom” ou “bom”. O que mostra que os eleitorados da AD e do PS estão literalmente em espelho: se há um terço de anteriores eleitores de Montenegro que não jura repetir o seu voto, há também um terço dos do PS em 2024 que dá boa nota ao Executivo de centro-direita.

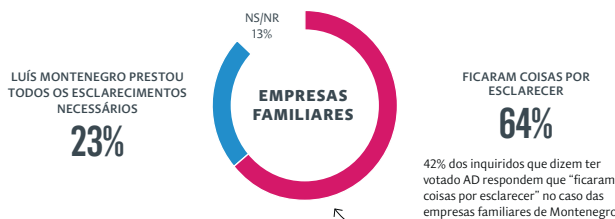
Não espanta, assim, que isso se reflita também no quadro das intenções de voto. É que, entre os eleitores do PS de há um ano, também só 61% dizem já ter decidido voltar a votar em Pedro Nuno Santos, sendo o número de indecisos precisamente igual ao dos anteriores votantes da AD: 25%. O líder socialista tem ainda 7% de antigos eleitores dispostos a mudar de partido no momento de colocar a cruz no boletim e 3% decididos a nem votar no próximo mês de maio.

Uma vez mais, se nas legislativas de há um ano o novo Governo se decidiu entre estes dois partidos por apenas 50 mil votos, desta vez tudo se mantém completamente em aberto. Faltam, é claro, dois meses de campanha. Em política, neste cenário, é uma eternidade.

DAVID DINIS
 ddinis@expresso.imprensa.pt

AValiação DOS ESCLARECIMENTOS PRESTADOS POR MONTENEGRO

Inquiridos que dizem ter lido ou ouvido falar sobre a controvérsia em torno da empresa familiar do PM (90%)



CONSIDERA QUE A OPINIÃO SOBRE O PRIMEIRO-MINISTRO...



NS/NR: 4%

Montenegro tem positiva no Governo e chumba na empresa

Maioria insatisfeita com esclarecimentos. Efeitos negativos são maiores no eleitorado jovem

Luís Montenegro não esclareceu tudo o que havia para esclarecer no caso da empresa familiar Spinumviva, que continuou a trabalhar e a faturar enquanto ele era primeiro-ministro, mas isso não era razão para a convocação de eleições. É este o retrato feito pela sondagem do ICS/ISCTE para o Expresso e a SIC, a primeira com trabalho de campo realizado imediatamente depois do chumbo da moção de confiança. A fotografia do momento mostra ainda como os eleitores — que não queriam eleições — repartem as “culpas” da crise em igual medida pelo Governo e pela oposição e como, acima disto tudo, o desempenho do Executivo segue em pista própria com nota positiva.

O impacto da polémica é claro: de um total de 802 entrevistas telefónicas válidas, quase todos os inquiridos (90%) confirmaram ter ouvido falar sobre a controvérsia em torno da empresa familiar do primeiro-ministro, Luís Montenegro. Destes, a maior parte (64%) considerou que ficaram coisas por esclarecer e só 23% se dizem esclarecidos pelo primeiro-ministro — havendo 13% que não respondem.

Questionados sobre se a opinião que tinham de Luís

Montenegro tinha melhorado, piorado ou ficado na mesma em função dos acontecimentos das últimas semanas, 39% disseram que piorou e 5% que “melhorou”. Uma maioria — 52% — disse, porém, que ficou na mesma. Há, assim, um impacto negativo na imagem do primeiro-ministro, que não é generalizado, sendo maior entre eleitores à esquerda e ao centro (56% e 41%, respetivamente) do que entre os que votaram à direita há um ano (20%). Os maiores estragos na imagem do primeiro-ministro aconteceram nos eleitores mais jovens (entre os 18 e os 24 anos), com 51% deles a dizerem que a sua opinião sobre Luís Montenegro piorou, secundados pelos inquiridos com mais estudos — ensino superior (45%) e secundário (44%).

Governo a fazer um “bom” trabalho

Depois de Luís Montenegro ter chamado todos os seus ministros a São Bento e ter feito uma comunicação formal na residência oficial, o que era um caso unipessoal passou a ser um caso do Governo como um todo. Dito isto, se as eleições forem um teste ao atual Governo, que leva apenas um ano de mandato, para que lado pode pender a balança? O Governo estava a fazer um bom trabalho ou um mau trabalho? Quando questionados sobre isto, a

maior parte dos inquiridos na sondagem do ICS/ISCTE diz que estava a fazer um “bom” trabalho. São 43% a fazerem esta avaliação positiva (mais 4% que avaliam como “muito bom trabalho”), o que representa, para já, mais do dobro daqueles que admitem votar na AD nas próximas eleições. Analisando os dados de acordo com a votação dos eleitores há um ano, verifica-se que é também essa a opinião de 34% dos eleitores PS e 23% dos que votaram no Chega. De resto, apenas 27% do total de inquiridos avaliam o trabalho do Governo como “mau” e 16% “muito mau”. Se pesarmos os dois blocos, o Executivo segue com nota positiva.

Há cerca de dois meses, no final de janeiro, quando ainda não havia sinais de crise política, uma sondagem do ICS/ISCTE fazia um retrato idêntico do desempenho do Governo: nem bom, nem mau, ou tão bom como mau. Na altura, 35% diziam que o trabalho era mau e 40% consideravam que era bom — o que parece indicar que a avaliação do Governo permanece (por agora, pelo menos) imune ao caso Spinumviva.

Culpa? Dividida

Para a vantagem que a AD tem nesta sondagem pode contribuir também a divisão sobre quem tem a responsabilidade pela atual crise política. As respostas dividem-se com exatidão, com 37% dos inquiridos a responderem que é “mais do Governo” e outros 37% que é “mais de alguns partidos da oposição” — e 19% a responsabilizarem “ambos”. As respostas parecem corresponder às preferências partidárias, com apenas 14% dos que votaram na AD há um ano a culparem Montenegro pela antecipação de eleições. Uma vez mais a opinião de que o Governo é mais responsável pela atual crise política foi partilhada mais frequentemente pelos jovens adultos (25-44 anos) do que pelos mais velhos, assim como mais entre eleitores à esquerda e ao centro do que à direita (60% e 38% contra 27%, respetivamente). Numa coisa os eleitores da AD e do PS parecem concordar em absoluto: tanto para 83% do eleitorado que votou AD há um ano, como para 83% dos que votaram PS, estas eleições “podiam ter sido evitadas”. R.D.

